

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

## **Regulamento n.º 3/2015, de 20 de Novembro**

### **Regulamento complementar sobre os Organismos de Investimento Coletivo**

Na sequência do Regulamento n.º 2/2015, relativo ao regime aplicável aos Organismos de Investimento Coletivo, e no contexto da reforma legislativa em curso no âmbito do Direito dos Valores Mobiliários cabo-verdiano, o presente regulamento tem a finalidade de complementar o renovado Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2014, de 16 de Janeiro. Mais concretamente, o presente Regulamento vem estabelecer regras atinentes aos Organismos de Investimentos Coletivo, às Sociedades de Investimento Imobiliário e aos Fundos de Investimento Alternativo.

São aqui reguladas um conjunto de matérias que, pela sua importância prática, se assumiam como prioritárias. De entre as diferentes questões abordadas por este diploma, merecem particular destaque a fixação dos requisitos para a comercialização de unidades de participação de OIC estrangeiros em Cabo Verde e, bem assim, as regras a que obedece o cálculo dos índices de rentibilidade e risco e os termos e condições a que se encontra sujeita a sua divulgação.

Assim, nos termos do artigo 16.º, 17.º, 52.º, n.º 6, do artigo 53.º - N, n.º 1, do artigo 53.º - R, do artigo 86.º, do artigo 123.º, n.º 1, do artigo 163.º - I, n.º 2 e do artigo 163.º - M, n.º 2 do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2014, de 16 de Janeiro, e ainda da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º, da alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 29.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2012, de 27 de Janeiro e republicado a 3 de Abril, é aprovado o seguinte regulamento:



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **[Objeto]**

O presente regulamento desenvolve o regime previsto no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2014, de 16 de Janeiro, quanto às seguintes matérias:

- a) Comercialização em Cabo Verde de unidades de participação de Organismos de Investimentos Coletivo (OIC) domiciliados num país estrangeiro não membro da OCDE;
- b) Organismos de Investimentos Coletivo garantidos;
- c) Divisão das Sociedades de Investimento Mobiliário (SIM) em compartimentos patrimoniais autónomos;
- d) Divulgação de medidas ou índices de rendibilidade e risco, bem como as regras a que obedece o cálculo dessas medidas;
- e) Critérios de dispersão de ações das SIM e SII;
- f) Conteúdo do contrato de sociedade das SIM e SII;
- g) Comunicação à Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) da justificação do sentido de exercício dos direitos de voto das ações dos OIC de valores mobiliários geridos pelas entidades gestoras;
- h) Cálculo e periodicidade de cálculo do valor líquido global do OIC;
- i) Divulgação das políticas e práticas remuneratórias das Entidades Gestoras de Fundos de Investimento Alternativo (GFIA);
- j) Sistemas de gestão de liquidez a implementar pelas GFIA;
- k) Fusão e cisão de OIC.

#### **Artigo 2.º**



## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

### **[Remuneração da entidade gestora]**

A comissão de gestão é paga periodicamente à entidade gestora, destinando-se a cobrir as suas despesas e a remunerar os seus serviços de gestão.

#### **Artigo 3.º**

##### **[Comissão de desempenho]**

1. A comissão de gestão devida à entidade gestora pode ser composta por uma componente fixa e outra que varie em função do desempenho do OIC, a qual se denomina de comissão de desempenho ou performance.
2. A previsão de uma comissão de gestão variável nos termos do número 1 implica a previsão do limite percentual máximo que tal comissão pode atingir, devendo a entidade gestora definir no regulamento de gestão do OIC a forma como se procede a eventuais acertos nas comissões a liquidar.
3. A componente variável da comissão de gestão não pode exceder 25% da diferença positiva de valorização do património do OIC.
4. De forma a assegurar os limites previstos nos termos do número anterior a cobrança apenas pode ser feita após quantificação efetiva do respetivo montante, sem prejuízo do seu reconhecimento periódico no património do OIC.

#### **Artigo 4.º**

##### **[Informação relativa à comissão de gestão]**

Sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo anterior, os documentos constitutivos do OIC identificam objetivamente a componente variável da comissão de gestão, o método de cálculo e a data de cobrança.

#### **Artigo 5.º**

##### **[Avaliação e gestão de riscos]**

1. Na aplicação da sua política de gestão de riscos e em função da natureza do investimento previsto, a entidade gestora deve formular previsões e efetuar análises relativamente ao contributo do investimento para a composição, a liquidez e o perfil de risco e de rendimento das carteiras dos OIC, antes de executar o investimento.



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

2. As análises referidas no número anterior são efetuadas com base em informação confiável e atualizada, tanto em termos quantitativos como qualitativos.
3. A entidade gestora adota mecanismos, processos e técnicas adequados e eficazes para:
  - a) Avaliar e gerir, em qualquer momento, os riscos a que os OIC que gere estão ou podem estar expostos, nomeadamente, o risco de liquidez;
  - b) Assegurar, relativamente aos OIC que gere, o cumprimento dos limites relativos à exposição global e ao risco de contraparte;
  - c) Garantir que os riscos das posições tomadas e o seu peso no perfil de risco global são avaliados rigorosamente com base em dados sólidos e fiáveis e que os mecanismos, processos e técnicas de avaliação do risco estão adequadamente documentados;
  - d) Realizar, quando adequado, testes periódicos para apreciar a validade dos mecanismos de avaliação do risco (*backtesting*), incluindo estimativas e previsões baseadas em modelos;
  - e) Assegurar, relativamente aos OIC a realização de testes de esforço (*stress tests*) periódicos e análises de cenários em relação aos riscos decorrentes de eventuais alterações das condições de mercado que os possam prejudicar, nomeadamente, que permitam avaliar o risco de liquidez dos mesmos em condições excecionais;
  - f) Estabelecer, aplicar e manter um sistema documentado de limites internos relativos às medidas utilizadas para gerir e controlar os riscos relevantes para cada OIC, tendo em conta todos os riscos que possam ser significativos para o mesmo e coerente com o seu perfil de risco;
  - g) Confirmar em permanência que o nível de risco cumpre o sistema de limite de risco, definido na alínea anterior para cada OIC gerido;
  - h) No caso de incumprimento efetivo ou previsto do sistema de limite de risco do OIC, assegurar ações de correção atempadas no interesse dos participantes.
4. A entidade gestora deve assegurar, para cada compartimento patrimonial autónomo ou fundo por si gerido, a coerência entre a política de investimento e o perfil de liquidez e entre cada um destes e a política de resgate, de acordo com o estabelecido nos documentos constitutivos.
5. Os mecanismos, processos e técnicas mencionados no presente artigo são proporcionais à natureza, dimensão e complexidade das atividades e serviços prestados pela entidade gestora e dos OIC sob gestão, bem como consistente com o perfil de risco dos mesmos.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

6. Tendo em conta a natureza, dimensão e complexidade das atividades do OIC, a AGMVM verifica a adequação dos processos de avaliação de crédito da entidade gestora, avalia a utilização das referências a notações de risco nas políticas de investimento dos organismos de investimento coletivo e, caso se justifique, incentiva a atenuação do impacto de tais referências, tendo em vista reduzir a dependência exclusiva ou mecânica das entidades gestoras em relação às notações de risco.

**Artigo 6.º**  
**[OIC garantidos]**

1. As garantias prestadas no âmbito de OIC garantidos devem permitir o imediato pagamento aos participantes das quantias garantidas e devem ser prestadas por uma instituição de crédito ou uma empresa de seguros autorizada em Cabo Verde.
2. O pedido de autorização do OIC garantido é instruído com o projeto do contrato de garantia e um documento comprovativo de aceitação de funções da entidade garante.
3. Os documentos constitutivos do OIC garantido e as ações publicitárias ou informativas respetivas indicam, de forma destacada:
  - a) Se o capital é garantido a todo o tempo, em momentos específicos ou apenas na maturidade;
  - b) Que um OIC garantido não deixa de ter risco de crédito, identificando inequivocamente a fonte do risco de crédito.
4. A entidade gestora divulga nos relatórios e contas do OIC garantido, com respeito ao período de referência do relatório, os custos suportados pela utilização das garantias, assim como as rentabilidades do OIC verificadas, assim como aquelas que se afeririam caso a garantia não tivesse sido prestada.
5. A entidade gestora de organismo de OIC garantido comunica de imediato à AGMVM qualquer informação que seja suscetível de afetar o cumprimento da garantia.
6. A denominação dos OIC garantido pode conter a expressão «OIC garantido».

**CAPÍTULO II**  
**ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO**  
**Seção I**  
**Comercialização**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

**Artigo 7.º**

**(Comercialização de OIC Estrangeiros)**

1. O pedido de autorização para a comercialização em Cabo Verde de unidades de participação de OIC estabelecidos no estrangeiro é acompanhado dos seguintes elementos:
  - a) Certificado, emitido pela autoridade de supervisão do país onde esteja estabelecido o OIC, ou a respetiva entidade gestora, atestando que:
    - i. O OIC foi constituído e funciona regularmente em conformidade e ao abrigo da legislação aplicável naquele país;
    - ii. O OIC é supervisionado pela autoridade competente do referido país, tendo em vista, designadamente, a proteção dos investidores.
  - b) Regulamento de gestão do OIC ou, se aplicável, o contrato de sociedade;
  - c) Modalidades previstas para a comercialização das unidades de participação em Cabo Verde e o projeto do contrato de comercialização;
  - d) Últimos três relatórios anuais e o relatório semestral subsequente, se aplicável;
  - e) A lei do país onde esteja sediado o OIC e a identificação da entidade responsável pela gestão do mesmo.
2. Os OIC, quando autorizados a comercializar as respetivas unidades de participação em Cabo Verde, divulgam em língua portuguesa ou noutro idioma aprovado pela AGMVM, e mantêm atualizados, nos termos aplicáveis aos OIC domiciliados em Cabo Verde, pelo menos, os documentos e as informações obrigatoriamente divulgados no país de origem.
3. Caso os elementos referidos no n.º 1 não sejam suficientes, a AGMVM pode determinar a divulgação de documentos e informações complementares.
4. A autorização referida no n.º 1 é concedida quando o organismo de investimento alternativo e o modo previsto para a comercialização das respetivas unidades de participação confirmam aos participantes condições de segurança e proteção similares às dos organismos de investimento alternativo autorizados em Cabo Verde.
5. Os documentos que instruem o pedido de autorização para a comercialização em Cabo Verde de unidades de participação de OIC estrangeiro são apresentados à AGMVM em versão traduzida em português ou noutro idioma aprovado pela AGMVM.



## BOLSA DE VALORES CABO VERDE

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

6. A decisão relativa ao pedido de autorização para a comercialização em Cabo Verde de unidades de participação de OIC estrangeiros é notificada pela AGMVM no prazo de 30 dias a contar da data de receção do referido pedido, ou da data de receção das informações adicionais solicitadas.
7. A ausência de notificação no prazo referido no número anterior implica o deferimento do pedido.

### Artigo 8.º

#### [Alterações aos documentos remetidos no procedimento de notificação]

As entidades responsáveis pela gestão de OIC estabelecidos noutro Estado cujas unidades de participação sejam comercializadas em Cabo Verde devem notificar imediatamente a AGMVM de quaisquer alterações aos documentos referidos nas alíneas a) a e) do n.º 1 do artigo anterior, indicando o modo de aceder às versões atualizadas.

### Artigo 9.º

#### [Designação de OIC Estrangeiros em Cabo Verde]

No âmbito da comercialização autorizada em Cabo Verde, os OIC estrangeiros podem utilizar, na sua designação, a mesma referência à sua forma jurídica que utilizam no seu Estado de origem.

### Artigo 10.º

#### [Informações sobre enquadramento jurídico aplicável à comercialização em Cabo Verde]

A AGMVM divulga no respetivo Sistema de Difusão de Informação, também em versão traduzida para inglês, informações completas, claras e atualizadas sobre as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis à comercialização em Cabo Verde de unidades de participação de OIC estabelecidos noutro Estado.

## SEÇÃO II

### REGRAS DE CÁLCULO E DE DIVULGAÇÃO DE MEDIDAS DE

### RENTABILIDADE E DE RISCO HISTÓRICOS

### Artigo 11.º

#### [Fórmulas de cálculo de medidas de rentabilidade]

1. O cálculo de medidas de rentabilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{a) Rentabilidade efetiva} = \left[ \frac{UPf \times (1 - Cr)}{UPi \times (1 + Cs)} \prod_i^f \left( 1 + \frac{Rj}{UPj} \right) \right] - 1$$



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

em que:

$UPf$  – Valor da unidade de participação no final do período de referência;  $UPI$  –

Valor da unidade de participação no início do período de referência;

$Cs$  – Comissão de subscrição máxima aplicável na data de início do período de referência;

$Cr$  – Comissão de resgate máxima aplicável pressupondo o resgate da totalidade do investimento no final do período de referência;

$Rj$  – Rendimento atribuído na data  $j$ , por unidade de participação;  $UPj$  –

Valor da unidade de participação (ex rendimento) na data  $j$ .

b) Rentabilidade =  $(1 + \text{Rentabilidade efetiva})^{m/n} - 1$

em que:

$m$  = número de períodos no ano, sendo  $m = 365$  (ou  $366$ ),  $52$  ou  $12$  para dados diários, semanais ou mensais, respectivamente.

$n$  = número de dias, semanas ou meses do período de referência da rentabilidade efectiva utilizada.

2. O cálculo de medidas de rentabilidade tem por base valores expressos em escudos, sem prejuízo da possibilidade de divulgação, em simultâneo, de medidas de rentabilidade não ajustadas pelo efeito cambial, desde que devidamente identificadas.
3. No cálculo das medidas de rentabilidade não são incluídos quaisquer impostos aplicáveis, exceto aqueles que se encontrem implícitos no valor da unidade de participação.
4. No caso de OIC negociados em mercado, o cálculo de medidas de rentabilidade é efetuado com base no valor patrimonial da unidade de participação, sem prejuízo da possibilidade de divulgação, em simultâneo, de medidas de rentabilidade calculadas tendo por base o preço verificado em mercado das unidades de participação, resultando claros os pressupostos utilizados no cálculo.
5. Não obstante o disposto no n.º 1, podem ser calculadas e divulgadas medidas de rentabilidade não líquidas de eventuais comissões de subscrição e resgate, desde que estas comissões sejam devidamente identificadas para o período de referência.

**Artigo 12.º**





## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

### **[Divulgação de medidas de rentabilidade]**

1. Quando divulgadas medidas de rentabilidade do OIC, estas são anualizadas, podendo ser complementadas com medidas de rentabilidade efetiva desde que tenham por base um período de referência mínimo de três meses ou respeitem a rentabilidades desde o início do ano civil (*year to date*).
2. O período de referência mínimo a considerar para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo anterior corresponde a 12 meses.
3. Sempre que o período de referência ultrapasse o intervalo mínimo estabelecido no número anterior são considerados como períodos de referência os respetivos múltiplos.
4. Em derrogação ao número anterior, pode ser considerada, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo anterior, a data de início de actividade do OIC, desde que o período de referência ultrapasse o intervalo mínimo estabelecido no n.º 2.
5. Não podem ser utilizados períodos de referência cujo termo tenha ocorrido há mais de um mês relativamente à data da divulgação das medidas de rentabilidade, ou há mais de três meses, relativamente a ações publicitárias em curso.
6. Em derrogação ao número anterior, podem ser utilizados períodos de referência que correspondam a anos civis completos.
7. Os valores divulgados referentes a medidas de rentabilidade correspondem a OIC individualmente considerados, não podendo ser divulgadas medidas de rentabilidade médias que integrem no seu cálculo mais do que um OIC.

### **Artigo 13.º**

#### **[Menções obrigatórias]**

1. Em todas as ações publicitárias ou informativas onde sejam divulgadas medidas de rentabilidade constam os seguintes elementos:
  - a) Identificação do OIC e da respetiva entidade responsável pela gestão;
  - b) Menção a que «As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo)»;
  - c) Identificação do período de referência, nomeadamente, as datas inicial e final;



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- d) Informação sobre a existência dos documentos relativos aos OIC e dos locais e meios através dos quais podem ser obtidos;
  - e) Esclarecimento quanto ao facto dos valores divulgados terem ou não implícita a fiscalidade eventualmente suportada pelo organismo de investimento coletivo e se impende sobre o investidor a obrigação de qualquer outro pagamento a título de imposto sobre o rendimento;
  - f) No caso de OIC cujas unidades de participação estejam negociadas em mercado, a identificação desses mercados e a indicação se os cálculos divulgados são efetuados com base no valor patrimonial ou no preço de mercado das respetivas unidades de participação.
2. Sempre que sejam divulgadas medidas de rentabilidade anualizadas que tenham por base um período de referência superior a um ano, informa-se que tal rentabilidade apenas seria obtida se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência.
3. Sempre que sejam divulgadas medidas de rentabilidade é, igualmente, divulgado, com idêntico destaque, o nível de risco registado em idêntico período de referência.

**Artigo 14.º**

**(Fórmula de cálculo do risco)**

1. O risco é medido pela volatilidade tendo por base a rentabilidade histórica semanal ou, caso não seja possível, mensal.
2. Apenas podem ser divulgadas volatilidades anualizadas, calculadas nos seguintes termos:

$$Volatilidade = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

em que a rentabilidade do OIC ( $r_t$ ) é calculada durante  $T$  períodos com a duração de  $1/m$  anos, sendo que para um período de cinco anos,  $m = 52$  e  $T = 260$  para o cálculo da rentabilidade semanal e  $m = 12$  e  $T = 60$  para o cálculo da rentabilidade mensal e onde  $\bar{r}$  é a média aritmética das taxas de rentabilidade semanal ou mensal, consoante o aplicável, do OIC ao longo de  $T$  períodos (não considerando comissões de subscrição e resgate) conforme a fórmula seguinte:

$$\bar{r} = \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T r_t$$



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

#### **SEÇÃO III**

#### **INFORMAÇÃO**

##### **Artigo 15.º**

##### **[Informação sobre o exercício de direitos de voto]**

1. Para efeitos do disposto no artigo 86.º do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, a entidade responsável pela gestão de OIC comunica à AGMVM e divulga, através do Sistema de Difusão de Informação da AGMVM, o sentido do exercício dos direitos de voto inerentes às ações detidas pelos OIC por si geridos, de acordo com o modelo constante do Anexo 1, até ao 3.º dia útil seguinte à data do exercício dos direitos de voto.
2. A divulgação a que se refere o número anterior apenas se torna obrigatória quando, relativamente ao conjunto de OIC sob gestão, sejam ultrapassados 2% dos direitos de voto correspondentes ao capital social do emitente, sem prejuízo de a AGMVM, em qualquer caso, tendo em conta a relevância da informação para a defesa dos interesses dos participantes, poder solicitar à entidade responsável pela gestão a sua divulgação.

#### **SEÇÃO IV**

#### **VALORIZAÇÃO DE ATIVOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO**

##### **Artigo 16.º**

##### **[Princípios gerais]**

1. Os ativos que integram o património do OIC são avaliados com a periodicidade mínima de cálculo e de divulgação das respetivas unidades de participação.
2. O valor dos ativos é suscetível de ser determinado a qualquer momento com base em sistemas de avaliação objetivos e fiáveis que:
  - a) Permitam calcular o valor pelo qual o ativo detido na carteira pode ser trocado entre partes que atuem com pleno conhecimento de causa e de livre vontade, no contexto de uma operação em que as partes não são relacionadas; e
  - b) Assentem em dados de mercado ou em modelos de avaliação.



## **BOLSA DE VALORES** **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

3. A metodologia e os critérios relevantes para a avaliação dos ativos do OIC encontram-se adequadamente documentados e constam do regulamento de gestão.
4. As entidades responsáveis pela gestão adoptam critérios e pressupostos uniformes para efeitos de avaliação dos mesmos ativos nas carteiras dos diferentes OIC sob gestão.
5. Aos ativos subjacentes a instrumentos financeiros derivados que integrem o património do OIC são aplicáveis as regras de valorização de activos do OIC.
6. Excepcionalmente, quando circunstâncias extraordinárias de mercado o justifiquem, a entidade responsável pela gestão pode adotar critérios diferentes dos estabelecidos no presente regulamento, desde que previamente autorizada pela AGMVM.
7. A decisão da AGMVM é notificada à entidade responsável pela gestão no prazo de cinco dias a contar da receção do pedido de autorização completamente instruído, ou da receção das informações adicionais solicitadas, prorrogável por igual período, mediante justificação da AGMVM.
8. Na ausência de notificação no prazo referido no número anterior, considera-se deferido o pedido.

### **Artigo 17.º**

#### **[Momento de referência]**

1. O regulamento de gestão do OIC define o momento de referência para determinar:
  - a) Os ativos que integram o seu património;
  - b) O valor da sua carteira.
2. Todas as operações realizadas até ao momento de referência referido no número anterior são consideradas para efeitos de composição da carteira do OIC.
3. Em derrogação do número anterior, o regulamento de gestão do OIC pode prever que não sejam consideradas as transações efectuadas em mercados estrangeiros no dia da avaliação.

### **Artigo 18.º**

#### **[Instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado]**

1. Para efeitos da presente seção, consideram-se instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado, aqueles que sejam negociados num mercado regulamentado de Cabo

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

Verde ou num mercado regulamentado de país terceiro, com funcionamento regular, reconhecido e aberto ao público, desde que a escolha desse mercado seja autorizada pela AGMVM ou esteja prevista nos documentos constitutivos.

2. Os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 30 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado para efeitos da aplicação das normas constantes da presente seção.

### **Artigo 19.º**

#### **[Avaliação de instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado]**

1. O valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado corresponde ao preço no momento de referência nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, de acordo com o disposto nos números seguintes.
2. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflecte o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
3. A entidade responsável pela gestão define no regulamento de gestão do OIC os critérios adotados para a avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado, de entre as seguintes possibilidades:
  - a) O último preço verificado no momento de referência;
  - b) O preço de fecho ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação.
4. Caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, são aplicados os preços resultantes da aplicação dos critérios referidos nos n.ºs 3 e 4 do artigo seguinte, mediante autorização da AGMVM no que respeita a instrumentos financeiros não representativos de dívida.
5. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
  - a) Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- b) A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
  - c) Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.
6. Caso a entidade responsável pela gestão adote o modelo referido no número anterior, documenta devidamente os pressupostos utilizados e sujeita-os à validação com uma periodicidade não inferior à utilizada para o cálculo e divulgação do valor da unidade de participação.

**Artigo 20.º**

**[Avaliação de instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado]**

- 1. A data de referência considerada para efeitos de avaliação de instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado não dista mais de 30 dias da data de cálculo do valor das unidades de participação do OIC.
- 2. O critério de avaliação de instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado, a fixar pela entidade responsável pela gestão, consideram toda a informação relevante sobre o emitente e as condições de mercado vigentes no momento de referência da avaliação e têm em conta o justo valor desses instrumentos.
- 3. Para efeitos do número anterior, a entidade responsável pela gestão adota critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas.
- 4. Apenas são elegíveis para efeitos do número anterior:
  - a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
  - b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação sejam conhecidos.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

5. Na impossibilidade de aplicação do n.º 3, a entidade responsável pela gestão recorre a modelos de avaliação independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se de que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
6. A avaliação nos termos do número anterior de instrumentos financeiros estruturados é efetuada tendo em consideração cada componente integrante desse instrumento.
7. A avaliação, nos termos do n.º 5, pode ser efetuada por entidade subcontratada pela entidade responsável pela gestão, desde que:
  - a) Tal situação se encontre prevista no regulamento de gestão do OIC;
  - b) A entidade responsável pela gestão defina e examine periodicamente os pressupostos dos modelos de avaliação utilizados.
8. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
9. Em derrogação do disposto no n.º 1, as unidades de participação de organismos de investimento coletivo são avaliadas ao último valor divulgado ao mercado pela respetiva entidade responsável pela gestão:
  - a) Desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
  - b) Desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, o regulamento de gestão preveja essa possibilidade atendendo às especificidades dos organismos de investimento coletivo em que invista, com fundamento de que tal valor é o que reflete o justo valor.

#### **Artigo 21.º**

##### **[Cálculo do valor líquido global do OIC]**

1. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira, independentemente do seu pagamento.

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

2. A dedução a que se refere o número anterior é processada sequencialmente, da seguinte forma:
- a) Dedução ao património do OIC de todos os encargos legais e regulamentarmente previstos e identificados no regulamento de gestão do OIC, com exceção dos referentes à comissão de gestão, comissão de depósito e taxa de supervisão;
  - b) Dedução, em simultâneo, da comissão de gestão fixa e comissão de depósito;
  - c) Dedução da comissão de gestão variável; e
  - d) Dedução da taxa de supervisão devida à AGMVM.

### CAPÍTULO III

## **SOCIEDADES DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO E SOCIEDADES DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**

### **Artigo 22.º**

#### **[Requisitos de Dispersão]**

1. A partir dos primeiros seis meses de actividade da SIM e das SII:
  - a) As suas ações devem estar dispersas por um número mínimo de 20 acionistas;
  - b) Um só participante não pode deter mais de 75% do capital social da SIM ou das SII.
2. Os requisitos previstos no número anterior não podem ser incumpridos por um período superior a seis meses.

### **Artigo 23.º**

#### **[Compartimentos patrimoniais autónomos]**

1. O contrato de sociedade pode prever a divisão da SIM ou das SII em compartimentos patrimoniais autónomos, nos termos previstos neste regulamento e no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo.



*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

2. Cada compartimento patrimonial autónomo é representado por uma ou mais categorias de ações e está sujeito às regras da autonomia patrimonial.
3. A parte do património da SIM ou das SII constituída pelos bens necessários ao exercício da actividade é, nos termos dos documentos constitutivos, rateada por todos os compartimentos patrimoniais autónomos ou integrada num compartimento patrimonial autónomo dos restantes, cujas ações não são objeto de resgate ou reembolso.
4. O valor das ações do compartimento patrimonial autónomo determina-se, em cada momento, pela divisão do valor líquido global do compartimento patrimonial autónomo pelo número de ações desse compartimento patrimonial autónomo em circulação.
5. A cada compartimento patrimonial autónomo é aplicável o regime jurídico estabelecido para a respectiva SIM ou SII, incluindo o regime das ações e os requisitos relativos ao valor líquido global.
6. Não obstante o disposto no número anterior, a SIM ou SII com compartimentos patrimoniais autónomos tem um único prospeto, ainda que as políticas de investimento destes sejam necessariamente distintas entre si.
7. O prospeto da SIM ou da SII com compartimentos patrimoniais autónomos apresenta uma segregação de conteúdos adequada e que permita estabelecer a correspondência inequívoca entre cada compartimento patrimonial autónomo e a informação que a ele respeita, bem como os critérios para repartição de responsabilidades comuns a mais do que um compartimento autónomo.
8. Os documentos constitutivos da SIM ou da SII definem as condições aplicáveis à transferência de ações entre compartimentos patrimoniais autónomos.
9. A entidade responsável pela gestão deve assegurar, a todo o tempo, a segregação patrimonial entre o património de cada compartimento.
10. São mantidas contas autónomas para cada um dos compartimentos patrimoniais autónomos.

#### **Artigo 24.º**

##### **[Contrato de sociedade]**

1. O contrato de sociedade das SIM ou das SII identifica, além das menções obrigatórias ao abrigo das disposições aplicáveis do Código das Empresas Comerciais:

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- a) O tipo de OIC, de acordo com as tipologias referidas no Título I do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo;
- b) A composição e competências do órgão de administração e, no caso das sociedades heterogeridas, da entidade responsável pela gestão;
- c) Os compartimentos patrimoniais autónomos, se existentes;
- d) Os direitos inerentes às acções e, sendo o caso, as diferentes categorias de acções;
- e) A política de distribuição dos dividendos; e
- f) As causas de dissolução da sociedade.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **FUNDOS DE INVESTIMENTO ALTERNATIVO**

##### **Artigo 25.º**

##### **[Proveitos de natureza pecuniária]**

1. Consideram-se proveitos de natureza pecuniária, designadamente, qualquer quantia recebida pela entidade gestora, por entidade que se encontre em relação de domínio ou de grupo com aquela, pelos órgãos sociais da entidade gestora ou pelos seus colaboradores, que decorra de relação comercial estabelecida pela entidade gestora por conta do FIA.
2. Os proveitos previstos no número anterior reverterem integralmente para o património do FIA, com exceção daqueles que constituam contrapartida da prestação de serviços que se encontrem adequadamente contratualizados.

##### **Artigo 26.º**

##### **[Proveitos de natureza não pecuniária]**

1. Considera-se proveito de natureza não pecuniária, nomeadamente, a prestação gratuita de serviços à entidade gestora, a entidade que se encontre em relação de domínio ou de grupo com aquela, aos órgãos sociais da entidade gestora ou aos seus colaboradores, que decorra de relação comercial estabelecida pela entidade gestora por conta do FIA.
2. A atribuição destes proveitos apenas pode ocorrer se tal se encontrar previsto nos documentos constitutivos do FIA e daí decorrer um efeito positivo nos serviços prestados aos participantes.



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

3. Para efeitos do disposto no número anterior os documentos constitutivos do OIC identificam:
  - a) A lista dos proveitos que podem ser atribuídos e o destinatário respectivo;
  - b) A natureza das entidades das quais podem ser recebidos os proveitos e as condições que têm de se verificar para a sua atribuição.

**CAPÍTULO V**  
**FUSÃO E CISÃO DOS OIC**

**Artigo 27.º**  
**[Admissibilidade]**

1. A fusão de fundos de investimento pode realizar-se:
  - a) Por incorporação de um ou mais fundos de investimento;
  - b) Por criação de um fundo de investimento.
2. A fusão por incorporação realiza-se mediante a transferência total do património de um ou mais fundos de investimento para outro fundo de investimento, o fundo incorporante, e implica a extinção dos fundos incorporados.
3. A fusão por criação de um fundo realiza-se mediante a constituição de um novo fundo de investimento, para o qual se transfere a totalidade do património dos fundos de investimento objeto da fusão e implica a extinção dos mesmos.
4. Podem ser objeto de fusão dois ou mais fundos de investimento imobiliário.
5. Os imóveis dos fundos de investimento objeto de fusão são avaliados previamente à operação, caso a última avaliação diste mais de seis meses relativamente à data de produção de efeitos da fusão.
6. Para os efeitos da presente secção considera-se como data da fusão a da produção de efeitos das operações de troca de unidades de participação pressupostas nos números 2 e 3 do presente artigo.

**Artigo 28.º**  
**[Procedimento]**



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

1. Salvo o disposto no n.º 5, a fusão de fundos de investimento está sujeita à autorização da AGMVM, que se pronuncia no prazo de 30 dias a contar da data da receção do pedido ou do envio de informações suplementares, caso sejam solicitadas.
2. O pedido de autorização, subscrito pela entidade ou pelas entidades gestoras, consoante os casos, deve ser remetido à AGMVM juntamente com os seguintes documentos:
  - a) Exposição pormenorizada sobre o projeto de fusão, contendo, nomeadamente, a seguinte informação:
    - i. Justificação, objetivos e data previsível da fusão;
    - ii. Identificação da modalidade de fusão a adotar, dos fundos incorporados e incorporante ou do novo fundo, consoante os casos;
    - iii. Identificação das entidades gestora e depositária responsáveis pelo fundo que resultar da fusão, se estiverem em causa, respetivamente, duas ou mais entidades;
    - iv. Demonstração da compatibilidade do fundo incorporante ou do novo fundo, consoante os casos, com a respetiva política de investimento e de valorização de imóveis;
    - v. Indicação, se necessário, dos critérios a adotar tendo em vista a uniformidade, na data da fusão, da valorização de ativos do mesmo tipo entre os fundos envolvidos e do impacto da mesma no valor do património dos fundos envolvidos na fusão;
    - vi. Critérios de atribuição de unidades de participação aos participantes do fundo que resultar da fusão;
    - vii. Identificação das alterações significativas ao nível do prospeto e regulamento de gestão do fundo que resultar da fusão, nomeadamente as condições de subscrição e resgate, comissões, prazos de resgate, entidades e meios de comercialização.
  - b) Declarações de concordância dos depositários envolvidos;
  - c) Parecer dos revisores oficiais de contas dos fundos, consoante os casos, sobre as matérias enunciadas nos pontos v e vi da alínea a) do n.º 2 do presente artigo;
  - d) Projecto de prospeto e regulamento de gestão do fundo incorporante, caso existam alterações;

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- e) Documentação necessária à constituição do fundo, no caso de fusão por criação de um novo fundo.
- 3. A autorização da fusão por parte da AGMVM abrange igualmente a autorização para a constituição do novo fundo ou das alterações dos prospets do fundo incorporante, consoante os casos, e tem em conta, no caso de estarem envolvidas duas ou mais entidades gestoras, a adequação dos meios técnicos, materiais e humanos da entidade gestora que ficar responsável pela gestão do fundo que resultar da fusão.
- 4. A data da fusão deve verificar-se no prazo máximo de 90 dias a contar da autorização da AGMVM.
- 5. A fusão de fundos fechados de subscrição particular não depende de autorização, estando todavia sujeita a comunicação à AGMVM, até 30 dias antes da produção dos seus efeitos, instruída com os elementos referidos no n.º 2.

#### **Artigo 29.º**

##### **[Divulgação da Informação]**

- 1. Após a autorização da AGMVM, a entidade gestora responsável pela gestão do fundo que resultar da fusão deve, no prazo mínimo de 30 dias antes da data da fusão:
  - a) Publicar, um aviso contendo as principais condições da fusão, com a informação constante da alínea seguinte, com excepção do ponto vi.
  - b) Comunicar individualmente aos participantes dos fundos envolvidos na fusão a realização da operação de fusão, indicando, no mínimo, os seguintes elementos:
    - i. principais condições da fusão, nomeadamente, se se trata de fusão por incorporação ou por criação de um novo fundo e identificação quer dos fundos incorporados e do fundo incorporante, quer do novo fundo, consoante os casos;
    - ii. informação sobre a eventual substituição de entidades gestora e depositária, e modificações ao nível de meios ou locais de comercialização das unidades de participação;
    - iii. informação sobre eventuais aumentos de comissões ou agravamento de outras condições de subscrição ou de resgate;
    - iv. data da fusão;

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

- v. explicação sobre as consequências da fusão, nomeadamente, no que diz respeito à manutenção do valor proporcional das unidades de participação detidas e à eventual modificação da sua quantidade;
- vi. envio do novo prospeto, caso exista;
- vii. informação sobre a disponibilidade dos documentos, nos termos do número seguinte;
- viii. informação sobre a possibilidade de o resgate e a subscrição das unidades de participação se efetuar nas mesmas condições praticadas pelo fundo em que são participantes, até à data de início da fusão;
- ix. aviso sobre a existência dos períodos de suspensão de resgate e de emissão de unidades de participação;
- x. comunicação sobre a inexistência de comissões de subscrição ou de resgate e de quaisquer custos adicionais;
- xi. data limite para apresentação de pedidos de resgate.

### **Artigo 30.º**

#### **[Direitos dos Participantes]**

1. Os participantes do fundo de investimento que resulta da fusão passam a deter um número de unidades de participação proporcional ao valor, à data da fusão, das unidades de participação que detinham nos fundos envolvidos.
2. Para efeitos da realização da operação de fusão devem seguir-se critérios de valorização idênticos para o mesmo tipo de ativos que integram o património dos fundos de investimento envolvidos, devendo aqueles corresponder aos critérios de valorização estabelecidos no Regulamento de gestão do fundo de investimento que resultar da fusão.
3. Não haverá lugar à cobrança de quaisquer comissões de subscrição ou de resgate, em consequência das operações relativas à fusão, nem de quaisquer custos adicionais para o participante.



## **BOLSA DE VALORES**

### **CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

4. Caso se verifique um aumento das comissões de resgate ou de transferência ou o agravamento das suas condições de cálculo no fundo de investimento que resultar da fusão, aos participantes dos fundos incorporados aplicar-se-ão as comissões de resgate ou de transferência destes últimos, mas apenas no que respeita às unidades de participação do fundo incorporante ou do novo fundo que lhes forem atribuídas nos termos do n.º 1.
5. Caso se verifique um aumento global das comissões de gestão e de depósito ou uma alteração substancial da política de investimentos no fundo que resultar da fusão, os participantes dos fundos incorporados podem proceder ao resgate das unidades de participação sem pagar a respetiva comissão, até 1 mês após a data da fusão.
6. Para efeitos da determinação das condições de resgate aplicáveis aos participantes, a data de subscrição das unidades de participação a considerar é a data em que foram subscritas as unidades de participação dos fundos incorporados.

#### **Artigo 31.º**

##### **[Suspensão da emissão e do resgate]**

1. As operações de resgate das unidades de participação dos fundos envolvidos na fusão são suspensas durante o período de tempo imediatamente anterior à data da fusão, devendo tal período ser igual ao maior dos prazos de resgate previstos para esses fundos.
2. As operações de emissão das unidades de participação dos fundos de investimento envolvidos na fusão são suspensas durante os dois dias úteis anteriores à data da fusão, se outro prazo não for decidido pela ou pelas sociedades gestoras.

#### **Artigo 32.º**

##### **[Cisão]**

O disposto nos artigos anteriores é aplicável, com as devidas adaptações, para a cisão de Organismo de Investimento Coletivo.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 33.º**

##### **[Disposição transitória]**



**BOLSA DE VALORES**  
**CABO VERDE**

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

Os OIC cuja constituição tenha sido autorizada pela AGMM em data anterior à data de entrada em vigor do presente regulamento devem conformar-se com as regras previstas no presente regulamento no prazo de 180 dias a contar da data da sua entrada em vigor.

**Artigo 34.º**

**[Entrada em vigor]**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Praia, 29 de

Outubro de 2015, O Auditor Geral, *Maria Encarnação Alves Silva Rocha*

**ANEXO I**

**MAPA DE COMUNICAÇÃO DE EXERCÍCIO DE DIREITOS DE VOTO**

(Informação prevista no artigo 15.º, n.º 1)

**Entidade responsável pela gestão:** *(Identificação da entidade responsável pela gestão)*

**Forma do exercício:** *(Identificação da forma utilizada para o exercício do direito de voto, indicando, se for o caso, o representante da entidade responsável pela gestão e a sua relação com esta, bem como, os termos do mandato conferido)*

**Entidade emitente:** *(Identificação da respetiva entidade emitente e das ações objeto de representação)*

OIC	N.º de ações detidas	% de direitos de voto	Deliberações da Assembleia	Sentido de Voto	Justificação do sentido de voto
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)





**BOLSA DE VALORES**  
CABO VERDE

*Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.*

**Notas:**

- (A) Identificação dos OIC que à data da Assembleia Geral detinham ações da emitente.
- (B) N.º de ações detidas por cada OIC e pelo total dos OIC nessa mesma data.
- (C) Percentagem dos direitos de voto detidos por cada OIC e pelo total dos OIC.
- (D) Identificação das deliberações da Assembleia Geral da emitente.
- (E) Sentido de voto.
- (F) Justificação do sentido de voto, relativamente a cada uma das deliberações.

A Auditora Geral, *Maria Encarnação Alves Silva Rocha*

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, aos 20 de novembro de 2015. A Auditora Geral,  
*Maria Encarnação Alves Silva Rocha*

**B.O. n.º 56 — II Série, de 20 de novembro de 2015**